

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	XI
APRESENTAÇÃO.....	XV
INTRODUÇÃO	1
1. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO	9
1.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO TRABALHO	15
1.1.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	16
1.1.2 Princípio da valoração do trabalho e do emprego	21
1.1.3 Princípio da Justiça Social.....	22
1.1.4 Princípio da submissão da propriedade à sua função socioambiental	23
1.1.5 Princípio da não discriminação.....	25
1.1.6 Princípio da igualdade.....	26
1.1.7 Princípio da segurança jurídica	30
1.1.8 Princípio da proporcionalidade e da razoabilidade	32

MEDIAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO

1.1.9	Princípio da vedação ao retrocesso social	33
1.2	DEMAIS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS À ESFERA DO DIREITO DO TRABALHO	35
1.2.1	Princípio do devido processo legal.....	36
1.2.2	Princípio da inafastabilidade da jurisdição.	38
1.2.3	Princípio do juiz natural.....	43
1.2.4	Princípio do contraditório e da ampla defesa	45
1.2.5	Princípios da publicidade e da motivação das decisões judiciais	47
1.2.6	Princípio da assistência jurídica integral.	51
1.2.7	Princípio da duração razoável do processo	52
1.2.8	Princípio da isonomia	54
1.2.9	Princípio da sustentabilidade	55
1.3	PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO.....	55
1.3.1	Princípio da inalterabilidade dos contratos	58
1.3.2	Princípio da lealdade e da boa-fé e princípio do efeito lícito ao exercício regular do próprio direito.....	58
1.3.3	Princípio da não alegação da própria torpeza	61
1.4	OUTROS PRINCÍPIOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO	63
1.5	PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DO DIREITO DO TRABALHO	66
1.5.1	Princípios especiais do Direito Individual do Trabalho.....	67

1.5.1.1	<i>Princípio da proteção</i>	69
1.5.1.2	<i>Princípio da norma mais favorável</i>	72
1.5.1.3	<i>Princípio da imperatividade das normas trabalhistas</i>	76
1.5.1.4	<i>Princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas</i>	77
1.5.1.5	<i>Princípio da condição mais benéfica</i>	78
1.5.1.6	<i>Princípio da inalterabilidade contratual lesiva</i>	82
1.5.1.7	<i>Princípio da intangibilidade salarial</i>	88
1.5.1.8	<i>Princípio da primazia da realidade sobre a forma</i>	91
1.5.1.9	<i>Princípio da continuidade da relação de emprego</i>	94
1.5.2	<i>Princípios justralhistas especiais contravertidos</i>	99
1.5.2.1	<i>Princípio do in dubio pro operario</i>	99
1.5.2.2	<i>Princípio do maior rendimento</i>	102
1.5.3	<i>Princípios especiais do direito coletivo do trabalho</i>	103
1.5.3.1	<i>Princípios assecuratórios da existência do ser coletivo obreiro</i>	105
1.5.3.1.1	<i>Princípio da liberdade associativa e sindical</i>	106
1.5.3.1.2	<i>Princípio da autonomia sindical</i>	113
1.5.3.2	<i>Princípios regentes das relações entre os seres coletivos trabalhistas</i>	117
1.5.3.2.1	<i>Princípio da interveniência sindical na normatização coletiva</i>	117

MEDIAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO

1.5.3.2.2 <i>Princípio da equivalência entre os contratantes coletivos</i>	120
1.5.3.2.3 <i>Princípio da lealdade e transparência na negociação coletiva</i>	125
1.5.3.3 <i>Princípios regentes das relações entre normas coletivas negociadas e normas estatais</i>	127
1.5.3.3.1 <i>Princípio da criatividade jurídica da negociação coletiva</i>	127
1.5.3.3.2 <i>Princípio da adequação setorial negociada</i>	129
2. A MEDIAÇÃO E OS PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO OU PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONDUTA DO MEDIADOR	137
2.1 O CONCEITO DE MEDIAÇÃO.....	137
2.1.1 A diferença entre medição e conciliação..	142
2.2 OS PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO	146
2.2.1 Princípio da neutralidade e imparcialidade de intervenção.....	149
2.2.2 Princípio da isonomia entre as partes.....	156
2.2.3 Princípio da oralidade	157
2.2.4 Princípio da informalidade ou simplicidade	161
2.2.5 Princípio da autonomia da vontade ou do consensualismo processual.....	164
2.2.6 Princípio da busca do consenso	168
2.2.7 Princípio da confidencialidade	169
2.2.8 Princípio da boa-fé	176

2.2.9	Princípio da consciência relativa ao processo	177
2.2.10	Princípio da decisão informada.....	179
2.2.11	Princípio do empoderamento	181
2.2.12	Princípio da validação	182
3.	A COMPATIBILIDADE ENTRE OS PRINCÍPIOS DO DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO E OS PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO	185
3.1	A COMPATIBILIDADE ENTRE OS PRINCÍPIOS DO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO E OS PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO	186
3.1.1	A mediação realizada por magistrado.....	192
3.1.2	A mediação realizada de forma privada...	196
3.1.3	Salvaguardas necessárias à mediação privada	197
3.1.3.1	<i>Presença obrigatória de advogado do trabalhador</i>	198
3.1.3.2	<i>Treinamento específico para mediadores trabalhistas</i>	203
3.1.3.3	<i>Cadastramento de mediadores habilitados a atuar na Justiça do Trabalho</i>	210
3.1.3.4	<i>Homologação do acordo por autoridade judicial</i>	211
3.2	A COMPATIBILIDADE ENTRE OS PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E OS PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO	214
3.2.1	O Dissídio Coletivo como solução de conflitos coletivos trabalhistas e a crítica doutrinária	215
3.2.2	Princípio da equivalência entre os contratantes coletivos.....	217

MEDIAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO

3.2.3 Princípio da lealdade e transparência na negociação coletiva.....	220
3.2.4 Algumas considerações acerca da mediação no Direito Coletivo do Trabalho	222
CONCLUSÃO	225
REFERÊNCIAS	233